

Japão suspende US\$ 500 mi ao Brasil

O Governo japonês decidiu que enquanto não for firmado pelo Brasil o acordo bilateral de reescalonamento da dívida brasileira, ficarão paralisadas as negociações em torno da concessão, pelo Eximbank de um empréstimo de US\$ 500 milhões, dos quais US\$ 300 milhões se destinarão à Eletrobrás e os outros US\$ 200 milhões ao financiamento da importação de equipamentos japoneses para vários projetos industriais no Brasil.

A discussão do reescalonamento, por sua vez, está emperada porque o Banco Central insiste em que elas sejam realizadas em Brasília, enquanto as autoridades japonesas preferem que elas sejam efetivadas em Tóquio, embora os dois lados não tenham apresentado justificativas razoáveis, a não ser, do lado japonês, a tradição do devedor negociar no país credor, e do lado brasileiro, o fato do reescalonamento com os

Estados Unidos e o Canadá ter se processado em Brasília.

O impasse poderá criar obstáculos ao financiamento do Plano de Recuperação Setorial (PRS) do setor elétrico, já beneficiado com um financiamento de US\$ 500 milhões concedido pelo Banco Mundial, como sua parcela na operação de co-financiamento de US\$ 1,2 bilhão, negociada o ano passado. Os US\$ 700 milhões restantes deveriam ser fornecidos pelos bancos privados, mas em face da recusa destes, o Governo decidiu abrir negociações com as instituições governamentais de crédito. Instituições da Dinamarca e dos Estados Unidos também deverão contribuir para levantar os US\$ 700 milhões.

Ao problema da divergência quanto ao cenário das negociações veio juntarse, agora, a moratória unilateralmente decretada pelo Brasil ao suspender o pagamento dos juros de sua dívida junto aos bancos privados. Embora tecnicamente não

haja relação entre esse problema e o Governo japonês, pois as negociações envolvendo o nível governamental já foram feitas no âmbito do Clube de Paris, politicamente os japoneses consideram pelo menos desconfortável o Eximbank liberar recursos ao Brasil sem que este pague o que deve.

Em vista disso, tem-se como certo que a liberação efetiva dos financiamentos governamentais do Japão ao Brasil não se dará antes da regularização do pagamento dos juros aos bancos privados.

Os japoneses — garantem fontes qualificadas da área econômica do Japão — não têm nenhum interesse em entrar em conflito com o Brasil, mesmo depois da suspensão unilateral do pagamento dos juros aos bancos privados do país, porém advertem que, na questão da renegociação da dívida externa brasileira, preferem formar com a posição dos Estados Unidos.